

FÔRÇAS ARMADAS E OUTRAS FÔRÇAS

GILBERTO FREYRE

Novas considerações sobre as relações entre as Fôrças Armadas e as demais Fôrças de Segurança e de desenvolvimento nacional na sociedade brasileira.

Muito me tenho ocupado, quer do ponto de vista de uma das minhas especialidades — a Sociologia da História, ou antes do tempo, considerado o tempo mais na sua indivisibilidade que na sua seqüência — quer como brasileiro preocupado com os destinos do Brasil, daqueles problemas que, num país em desenvolvimento, como é o nosso, constituem um conjunto de assuntos afins: desde os sociologicamente econômicos aos sociologicamente psicológicos. São problemas, todos êles, de relações entre as várias fôrças de que dependem aquêles desenvolvimento e a segurança — a segurança nacional no seu mais amplo sentido — essencial ao mesmo desenvolvimento. Entre essas fôrças, estão as chamadas Fôrças Armadas.

Convocado agora pelo General Lyra Tavares, eminente autor de *Território Nacional e de Segurança Nacional* — livros que são decerto estudos admiráveis de alguns dos problemas básicos da situação do Brasil como complexo nacional em desenvolvimento — para falar a todo um grupo de oficiais ilustres do Exército brasileiro, — os do IV Exército — como êle, interessados em assuntos dessa natureza sob uma perspectiva que vai além da puramente militar, temo ter que repetir-me em vários pontos. Aliás, do pecado de repetir-me, confessando as repetições, tenho sido já, mais de uma vez, acusado. E de modo indireto, procurei responder à acusação, admitindo a verdade que ela encerra. Mas salientando: “Antes repetir-se um autor a si mesmo, do que viver a repetir outros autores, sem o confessar”.

Foi já há vários anos que proferi no Rio a conferência *Nação e Exército*, onde esbocei minhas primeiras considerações, do ponto de vista principalmente sociológico, sobre o assunto. Estendi, algum tempo depois, essas considerações, em estudos publicados na conhecida revista de *Direito Internacional e de Sociologia da Política*, que é *Foreign Affairs*. Nêles procurei fixar aspectos do problema, tal como êle se vem apresentando no Brasil: aspectos que não deveriam continuar a ser ignorados por aquêles internacionalistas de maior responsabilidade intelectual ou política, como os que formam grande parte dos leitores da importante revista, em várias partes do mundo. Aspectos que não deveriam con-

tinuar a ser confundidos com os de outras situações latino-americanas, das quais a brasileira, neste como em alguns outros pontos, se tem quase sempre afastado, constituindo, nesta parte da América, uma situação especialíssima.

Isto, por vários fatores de diferenciação que aqui agiram — e vêm agindo — de modo efetivo. Um dêles, a experiência monárquica e nada bolivariana — pois Bolívar foi sobretudo um caudilho de gênio — do Brasil que, graças ao gênio, de outro feitio, de José Bonifácio de Andrada e Silva, deu ao começo do nosso país — ao seu começo e ao seu desenvolvimento — condições além de sociológicas, psicológicas, de relativa segurança, de quase absoluta unidade, e de não pouca estabilidade, que faltaram às outras populações chamadas latinas da América — as de expressão espanhola e as de expressão francesa — ao se constituírem, como república, em estados-nações. De passagem direi que não vejo nem justiça nem conveniência atual para a cultura brasileira, na recente decisão do Conselho Federal de Educação de estabelecer-se nas universidades brasileiras uma cátedra para o estudo especializado das idéias da obra do aliás insigne Ruy Barbosa. A estabelecer-se, entre nós, uma cátedra desse tipo, as idéias e a obra a serem consideradas como máximas, de um ponto de vista construtivamente nacional e de cultura, creio que deveriam ser as de José Bonifácio de Andrada e Silva. Não tivesse ele pensado e agido como pensou e agiu, em fase decisiva, quer para a segurança do Brasil, quer para o desenvolvimento da colônia portuguesa, já elevada a reino, em Estado-Nação sob a forma monárquica, e não vejo como se teria evitado, para uma vasta América que se separasse de Portugal, constituída em repúblicas, e, provavelmente, logo despedaçada em várias repúblicas, um destino diferente do da América espanhola.

Será que reconhecendo-se a ligação senão absoluta, relativa, da singularidade brasileira, com a simples forma de governo adotada pelo Brasil ao tornar-se independente de Portugal, exagera-se a importância do que, sendo apenas forma de governo, seria menos que tantas outras formas de organização social, dentre as mais substancialmente envolvidas em qualquer processo de transformação social que acesse uma sociedade humana? Tocamos aqui em ponto delicado. Nada de exagerar-se a importância, num tal processo, da simples forma de governo através do qual ele se desenvolva ou se degrade. Seria resvalarmos no "politique d'abord" de Charles Maurras. Mas, por outro lado, nada de subestimarmos forma política que oriente tal desenvolvimento, considerando-a de tal modo insignificante que se possa dizer não importar se determinada sociedade, com determinados antecedentes, em determinada situação de ecologia, em determinada fase de seu desenvolvimento e em face de determinados problemas iniciais de segurança nacional, se constitua em Estado-Nação, sob esta ou aquela forma de governo. Agora mesmo, estamos diante de experimentos quase de laboratório de sociologia da política, oferecidos por sociedades africanas que, tendo se constituído em estados-nações, como repúblicas parlamentares, segundo os, para al-

guns dos seus líderes, mais belos modelos britânicos ou franceses — ou ex-franceses — estão repudiando êsses modelos, inadequados às suas situações; e regressando a inspirações tribais de organização política. Provavelmente o resultado dêsses regressos parciais ao lastro ecológico, telúrico, tradicional, de comportamento político dêsses povos, será uma combinação entre valores efetivos dêsse passado e técnicas modernas e, para aquêles povos, exóticas, a serem assimiladas, e não maciçamente adotadas por êles.

O Brasil, adotando, com José Bonifácio, a forma monárquica de governo para a sua organização em Estado-Nação, antecipou-se, neste particular, nessa combinação do chamado “passado útil” ou “passado utilizável”, de um grupo humano, com as necessidades de um nôvo tipo de desenvolvimento para a sua economia, a sua cultura, a sua sociedade: o tipo nacional de desenvolvimento nacional. Combinou necessidades de desenvolvimento com necessidades de segurança. Antes da fórmula Positivista combinou solicitações de ordem com solicitações de progresso.

Estabilizou-se ou vem se consolidando e se desenvolvendo ao mesmo tempo, através de combinações contrárias — arte política, engenharia social — é certo. Mas sem que tal tendência tenha significado repúdio sistemático à ação firme, por vêzes, absolutamente necessária: necessária em momentos decisivos. Semelhante firmeza caracterizou atitudes ásperas a favor da unidade brasileira em perigo, durante a Regência, de um Feijó; as de um Caxias, a favor da mesma causa e contra fôrças de desagregação dentro do então jovem Estado-Nação; as do Governo Imperial, em face de um Rosas e de um Solano Lopes: tentativas de desagregação de fora para dentro que, aliás, vinham dos dias de Bolívar.

Abro aqui um parêntesis para aludir, de passagem e por antecipação, à principal presença de militar em alto pôsto civil de governo, no nosso país: o caso de Caxias que, em pôsto civil, e de modo civil, prestou serviços tão valiosos ao seu e nosso país, sem valer-se diretamente de seu prestígio militar para agir, como agiu, como homem de governo, em harmonia com o espírito eminentemente civil e até se poderia dizer, excepcionalmente civil, do Segundo Imperador; um imperador exageradamente refratário ao seu papel de chefe, além de civil, militar, do Império. E dêsse Caxias que se deriva no Brasil todo um sistema de ética assim de liderança como de serviço, tanto civil como militar: polivalente, portanto, e acima de qualquer simplista antítese civilismo-militarismo. Assunto a que voltarei, certo como é que da história das relações das Fôrças Armadas, no nosso país, com as demais fôrças nacionais, não se deve separar o que, dêsse sistema, se desenvolveu no que um sociólogo weberiano talvez considerasse um “tipo ideal”; e que ainda agora se encarna na figura do atual Presidente da República, vindo do Exército e agora um Caxias cívico: civil e militar nas suas virtudes e eminentemente civil no seu modo de ser chefe da Nação em processo de reajustamento. Que tôda nação precisa, uma vez por outra, de reajustar-se; ou de reajustar suas relações com outros povos.

Aqui chegamos a outro ponto. Porque, tendo a Monarquia sido, no Brasil, uma forma, de modo geral — admitidas suas várias imperfeições — de conciliação, até certo ponto, útil, efetiva, de solicitações básicas na vida nacional de uma sociedade — as de segurança e as de desenvolvimento — foi substituída em 1889 por uma república, alguns ideólogos brasileiros sentindo que só então o Brasil se integrava num ritmo moderno e, segundo eles, continental, de desenvolvimento — ou de progresso — sem sacrifício de condições de ordem, tendo o Exército, por alguns dos seus líderes mais influentes, se colocado ao lado desses ideólogos do mesmo modo que outros desses líderes se haviam colocado ao lado dos adeptos da Abolição imediata, em vez de gradual?

É aspecto da formação brasileira — uma formação que ainda se processa, o passado projetando-se sobre o presente e este sobre o futuro — não de todo esclarecido, embora trabalhos recentes de pesquisa histórica de interpretação sociológica, em torno do assunto, tenham trazido novas contribuições para tal esclarecimento. Não é de esperar que o desenvolvimento de uma sociedade no tempo — no tempo histórico — se processe de modo ideal ou de modo lógico. Não se processa. Processa-se, ao contrário, de maneira por vezes não só ilógica como até contraditória, em desacôrdo com concepções puramente lineares de fases de desenvolvimento como aquelas que Comte desenvolveu na sua filosofia sociológica. Os próprios adeptos de Comte, no Brasil, paisanos e militares — homens, em geral, austeros, honestos, animados das melhores intenções sociais — contribuíram para interromper no nosso país o ritmo de ordem que talvez devesse ser considerado, de acôrdo com Comte — o mesmo Comte que seria, neste particular, seguido pelo eminente teórico da organização monárquica francesa que foi Maurras, agora um tanto seguido por De Gaulle — o mais em harmonia com os característicos de uma sociedade em transição de base predominantemente pré-industrial de economia para outra, predominantemente industrial.

Pode-se dizer do Segundo Reinado ter sido quase sistematicamente paisano, em grande parte, pela atitude do Imperador e, indiretamente, obliquamente, antimilitarista e até antimilitar, tanto quanto anticlerical, tal o seu empenho em ser, ou parecer ser aos olhos europeus, civil, secular e legalista, em contraste — contraste que por vezes se extremou em disparidade — com as tendências militaristas e caudilhescas das repúblicas vizinhas. A força militar que teve então realce, no Brasil, foi a Marinha, exageradamente aristocrática e até arianista na composição da sua oficialidade, ao que servia de corretivo o feitiço democrático — social e arcialmente democrático — do um tanto desprezado Exército: desprezado embora predecessor, com existência histórica, da própria Nação — fato já destacado pelo historiador Lyra Tavares. Mas nenhuma das duas forças militares teve, com caráter militarista, atuação na política do Império, tendo mesmo se criado, desde então, para o militar que ocupasse cargo civil ou desempenhasse responsabilidade política e uma espécie de complexo quase de culpa que o fazia requeintar-se, em

tais circunstâncias, em parecer civil e agir como civil, e até, exageradamente, como ultracivil.

Seria interessante o estudo que se fizesse, sob critério psicológico-social, do comportamento de militares em alto postos de governos, em nosso país. Se Floriano destacou-se por uma rudeza considerada, por muitos, própria do soldado em contraste com o civil, principalmente em contraste com o civil bacharel ou civil doutor, está na memória dos brasileiros o extremo oposto representado de modo que chegou a ser desprimoroso para o Exército e para a Nação, pelo Marechal Hermes da Fonseca, quando Presidente da República. Talvez se possa dizer de outros militares que, quando colocados em posições elevadas de governo, no Brasil, têm se sentido obrigados, até ao excesso, a excederem os civis não só em civilidade e em civismo como até em civilismo; a se extremarem, mesmo, numa como superdoçura, numa como supertolerância e em outras virtudes melífluas, resvalando, por vêzes, em exageros comprometedores da própria autoridade inseparável daqueles cargos. Por conseguinte, a negação, até exagerada, de qualquer tendência para o cesarismo de capote. Na Presidência da República, note-se ter outro Marechal, Eurico Gaspar Dutra, sem ser homem de gênio mas apenas de bom senso, conseguido conservar um raro equilíbrio entre a energia necessária a um chefe de executivo em regime presidencial, como o brasileiro, e a tolerância sem exagêro, característica de qualquer homem de governo em país democrático.

Tampouco é fora de propósito que se lembre àqueles americanos dos Estados Unidos mais inclinados a enxergar militarismo no Brasil, toda vez que um militar tem ocupado a Presidência da República, pelo puro fato de tratar-se de um militar, que maior tem sido o número de militares, presidentes dos Estados Unidos, do que presidente do Brasil. Qualquer levantamento estatístico o revelará. E revelará também nem sempre terem os militares, engajados em atividades políticas naquele país primado pelo espírito paisano. O quase militar Coronel Theodoro Roosevelt foi na presidência do seu país homem público animado da rudeza militar que adquiriu como "rough rider": foi como investiu contra ricações desonestas das indústrias de alimentos. O General Mac Arthur foi pré-candidato à Presidência, com grande número de adeptos, sob uma mística nada civil: francamente militarista. Talvez a justificasse o excepcional das circunstâncias. Mas isto é outra história.

Não se estranhe que, nos últimos anos, mais do que outrora, militares brasileiros venham se salientando pelo seu conhecimento de problemas nacionais e, do ponto de vista nacional, de problemas nacionais, com uma amplitude, nesse saber, que nada tem de pura perícia militar; e que os tem habilitado a ocupar com superior competência cargos difíceis na administração nacional e na própria diplomacia. Em primeiro lugar, alargou-se, aqui, como noutros países, o conceito do que seja defesa ou segurança nacional; e dentro desse conceito é que vem se processando a formação dos novos militares nas suas escolas. Em se-

gundo lugar, a Escola Superior de Guerra vem completando, para eles, essa formação, de modo a lhes vir dando uma perspectiva daqueles problemas e um exame, dêles, em conjunto com líderes civis do país em várias atividades, que é uma perspectiva nem sempre atingida por civis brasileiros — bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais, engenheiros, médicos, economistas, agrônomos — em seus vários cursos de preparação profissional. São cursos, alguns dêsses, em que o futuro profissional civil não faz senão especializar-se num saber, ignorando aqueles outros saberes que concorrem para que um país se firme como nação moderna, capaz de defender-se de agressões não só militares como de outro caráter, que lhe minem na cultura os característicos nacionais, e lhe comprometam a segurança também nacional.

Essa maior articulação de saberes, de evidente interesse para a liderança de um país em desenvolvimento e para sua segurança como complexo nacional, vem caracterizando mais a formação, no Brasil dos nossos dias, de líderes militares do que a de líderes civis ou religiosos, sendo tal deficiência, na formação dos civis e dos religiosos, característica do que, na mesma formação, se apresenta de inatural com relação ao que se precisa hoje de entender por liderança em país em desenvolvimento e de segurança de nação — principalmente nação de feição democrático — em época como a que atravessamos: época de guerra senão infernalmente quente — graças a Deus — maios do que fria e até mais do que morna. Época de guerra, durante a qual é impossível a um Estado-Nação negligenciar seus problemas de segurança devendo, êstes, ser considerados sob uma perspectiva que ultrapassa a puramente militar.

Por que — voltemos a assunto já ferido — a República no Brasil em 1889? Correspondeu ela a uma específica aspiração verdadeiramente nacional? Proclamou-a o General Deodoro da Fonseca em momento sociologicamente justo? Resultou em imediato benefício político ou econômico ou amplamente social, para a comunidade brasileira?

No plano sociológico — que é aquêle em que procuro considerar o assunto — são pontos discutíveis. Sejam, porém, quais forem as respostas que se dêem a essas interrogações, a proclamação da República, tal como foi realizada no Brasil, verificou-se dentro de um processo revolucionário caracteristicamente brasileiro, pelo que significou de revolução, antes das chamadas brancas, que das denominadas rubras e, na verdade, sangrentas, com patíbulos armados nas praças e fuzilamentos de vencidos pelos vencedores, ao pé de muros mais ou menos sinistros, mais ou menos vergonhosos.

Em ensaio escrito, antes de 31 de março de 1964, para uma obra coletiva, de iniciativa de um dos órgãos mais idôneos da Universidade de Minas Gerais, sobre o que os organizadores dessa obra decidiram denominar “A Revolução brasileira”, sugeri que em vez de falar numa “Revolução brasileira”, que estaria atingindo em nossos dias sua expressão mais rasgadamente social, se considerasse, com mais objetivi-

dade e menos retórica, um processo revolucionário brasileiro, que se vem exprimindo em constantes psicossociais, características de modo de o brasileiro ser brasileiro em tudo aquilo que define o comportamento, quer normal, quer até anormal, de uma sociedade e a sua cultura, quer pré-nacional, quer já nacional.

Sob êsse critério, o que se destaca, examinando o assunto sob critério sociológico, dêsse comportamento e dessa cultura? Não hesito em sugerir que a tendência para soluções de equilíbrio dos principais problemas com que o brasileiro vem tendo que substituir valores puros por valores combinados; para modificar situações sem pretender extinguir radical ou violentamente na situação nova, todos os elementos característicos das antigas que ela vem substituir.

Considere-se — voltando a um nítido problema de sociologia da política — o caso da substituição do sistema monárquico-parlamentar de governo pelo republicano-presidencial em nosso país. Foi essa substituição resultado de uma específica revolução republicana que, para a solução radical por ela representada, aparentemente contasse com a adesão da maioria dos brasileiros? Sou dos que pensam que não. Revolução assim específica e realmente, em vez de aparentemente, radical, não houve em 1889; nem o 15 de novembro foi sua culminância.

O que explodiu a 15 de novembro foi um episódio num processo brasileiromente revolucionário que vinha já de longe. Vinha de dias remotos. Continua. Continua entre nós como continua a desenvolver-se um processo revolucionário nos Estados Unidos, outro na Argentina, outro na França, onde agora mesmo a sistemática presidencialista de governo, favorável à intervenção direta do Executivo na vida nacional, alcança novos avanços sobre a rotina parlamentarista, constituindo-se num novo tipo de organização política e social, através de uma série de substituições, algumas revolucionárias, de técnicas de governo.

Não significou, no caso brasileiro, o episódio de substituição da Monarquia pela Prefeitura, em 89, repúdio absoluto do brasileiro ao regime monárquico e sim a alguns dos seus característicos, entre os quais o abuso de centralização de poder, contra o qual vinham se acumulando, em numerosos brasileiros das diversas Províncias do Império, vítimas daquele abuso, ressentimentos seguidos por pendores descentralizadores ou, em termos políticos, federalistas. Era um abuso que poderia ter sido corrigido dentro do sistema monárquico de governo: a idéia, aliás, de Joaquim Nabuco: o Joaquim Nabuco naqueles dias mais revolucionário do que conservador, grande participante que fôra, de modo românticamente radical, da campanha abolicionista, também ela — essa campanha — antes expressão de um processo brasileiromente revolucionário, vindo de época pré-nacional do desenvolvimento social brasileiro, do que revolução específica no sentido convencionalmente patibular ou trágico de revolução.

Houve qualquer poderoso motivo para uma revolução radicalmente republicana no Brasil? Parece a mim — repito — que não. Poucos eram

no Brasil os Republicanos. Aos próprios Positivistas, mais rígidos, então revolucionários, teria bastado que, dentro da monarquia, se desenvolvesse um governo ditatorialmente forte. No governo Pedro II lhes repugnava antes o que nêle lhes parecia fraqueza de ação renovadora do que abuso de poder. O que concorria então para um clima de insatisfação — insatisfação da parte de numerosos brasileiros — com as relações entre o poder político e a Nação, era a centralização dêsse poder representada menos pela ação do Imperador, sempre nacional nas suas preocupações, de que pela própria estrutura do sistema em vigor de relações, do Rio de Janeiro, com as Províncias, que eram relações sob vários aspectos, semelhante às de metrópole de algum modo já urbano-industrializada com colônias ainda simplesmente agrárias; e como colônias agrárias dependentes de decisões de caráter não só político como econômico que vinham sendo tomadas na Côrte, e à revelia das províncias, por banqueiros — com capitalistas ligados aos novos interesses industriais ali concentrados — e por interesses agrários — como os do café, substituto já do açúcar como principal artigo brasileiro de exportação — também concentrados em área anexa à metropolitana — a fluminense-paulista — para a qual vinham sendo importados, em número considerável, italianos para a substituição do braço africano pelo dêsses europeus.

Se tal foi a situação que se desenvolveu no Brasil, com os começos de industrialização e com os triunfos mais acentuados da lavoura do café dentro da economia do país, porque a indiferença de tantos fluminenses e paulistas economicamente prósperos naqueles dias pela causa monárquica? Talvez porque lhes sorrisse a possibilidade de, com a República e a descentralização, acentuarem-se as condições favoráveis ao desenvolvimento da lavoura do café e das indústrias concentradas em redor do Rio de Janeiro. É o que parece, com efeito, indicar o que se verificou, uma vez substituído o regime monárquico pelo republicano, e iniciado, no Brasil, um período de excessivo estadualismo caracterizado pelo quase exclusivo predomínio sobre a vida nacional de dois grandes Estados: desequilíbrio que só viria a ser corrigido anos depois de proclamada a República. Parece demonstrado, por uma série de fatos expressivos, que aquela proclamação, — a da República em 89 — foi expressão não só unilateral como deficiente de um processo completamente revolucionário que continuaria a exigir dos brasileiros o ajustamento de suas relações internacionais num plano e sob critério antes econômico-social do que simplesmente político-jurídico, como fôra nos seus desígnios, embora não nas suas conseqüências, o republicano de 89, política e juridicamente orientado pelo grande Ruy Barbosa — político e jurista vindo da Monarquia; e impedido de extremar-se em regime estreitamente doutrinário desejado pelos Positivistas mais rigidamente sectários — aos positivistas, aliás muito deve o Brasil, sem que se devia deixar de reconhecer a inconveniência que teria sido para o país o seu domínio maciço sobre a República de 89 — não só pela ação

de Ruy no Governo Provisório como pela presença do Exército, na pessoa do também vindo da Monarquia Deodoro da Fonseca, quer nos acontecimentos de 15 de novembro, quer no Governo Provisório.

Precisamente a respeito dessas duas presenças no novo regime político que se estabeleceu no Brasil a 15 de novembro de 1889 é que me parece oportuno destacar-se desse novo regime, consequência de uma quase revolução brasileira branca, que se desenvolveria e se consolidaria, ainda mais brasileiroamente, recorrendo à experiência, ao saber, ao sentido cívico supra-ideológico — sectariamente ideológico — e suprapartidário de brasileiros vindos da Monarquia, uns do Exército Imperial, outros do parlamento monárquico, alguns dos quais — o caso do Barão do Rio Branco — nunca renunciariam às suas preferências pelo regime monárquico. Apenas convocados para servirem ao País sob a República, concordaram em fazê-lo — o fizeram — de um modo muito brasileiroamente conciliador, comunicando ao experimento republicano alguma coisa de experiência monárquica que eles representavam de maneira notável; e mercê da qual o Brasil se constituiu na nação latino-americana mais estimada pela Europa e mais respeitada pelos Estados Unidos. Tivessem tais brasileiros, por excessivo escrúpulo de homens ligados ao regime antigo, deixado o campo livre aos radicais empenhados em implantar no Brasil uma República de todo revolucionária e, para ser revolucionária, ditatorial, e que eram os Positivistas sectários, e o Brasil teria se tornado República bem diferente da que teve os seus começos marcados pela presença de um revolucionário-conservador do porte de Deodoro e orientados pela ação igualmente conservadora, e também revolucionária — basta que nos lembremos da separação da Igreja do Estado: causa de tantos e tão profundos distúrbios noutras nações da América Latina — dos Ruy Barbosa, dos Barões de Lucena, dos Antônio Prado, dos Rodrigues Alves.

Foi conciliado antagonismos, nessa fase difícil de transição, e situando-se num plano supra-regional e suprapartidário, de todo pan-brasileiro, que o Exército prestou à Nação Brasileira serviços de caráter superiormente político. Serviços que, prolongados até hoje, vêm desautorizando, de modo irrecusável, as desconfianças de quantos têm chegado a enxergar em sua presença em acontecimentos como de 15 de novembro, os de 45, os de 54, os de 60, o fantasma do militarismo. Esse fantasma talvez tenha se manifestado com Floriano, rápidos em estrupícios de “espírito de cabloco”; e, anos depois, em 1911, pareceu ir surgir com chamadas “salvações” em Estados do Norte — estas, sob as vistas, por algum tempo, um tanto complascentes, de um Presidente da República, militar, que foi, entretanto, ele próprio, um exemplo comovedor de tolerância a excessos de jornalistas desabusados contra o seu governo e até contra a sua honra. Mas o ciclo das chamadas “salvações” não chegou nunca a tornar-se uma inquietação para o País, sob a forma de um perigo verdadeiramente militarista. Nunca. Os amigos do General Dantas Barreto, governador de Pernambuco durante aquele breve ciclo, e muito cogitado então para a Presidência da República, no que mais se

empenharam, com esse objetivo, foi em propagarem o seu retrato revestido do fardão de membro da Academia Brasileira de Letras. Devo dizer que, ainda menino, ouvi do médico e político Ribeiro de Brito, principal organizador da campanha Dantas Barreto — político tão hábil, esse médico ilustre, que primava em parecer inábil — ser o retrato do candidato vestido com o fardão da Academia de Letras, inclusive o espadim, de lado, o mais conveniente à campanha: para as elites mais ou menos impregnadas de escrúpulos civilistas, era o retrato antes de um intelectual, do de um acadêmico, que de um militar; para a gente do povo, o retrato de um soldado redentor, messiânico, salvador, correspondente a uma constante na imaginação popular brasileira: a de associar-se o homem providencial, em momentos nacionais difíceis, a figura ou a imagem militar. Não é em vão que dos nossos santos mais populares os mais prestigiosos têm sido, por aquela imaginação, investidos de aura militar: Santo Antônio, tenente-coronel do Exército por antiga tradição; São Severino, chamado Alferes Severino, e como tal respeitado; São Jorge, militar a cavalo e objeto como militar a cavalo, de culto não só católico como afro-asiático em xangôs e candomblés; o caso também dos santos Cosme e Damião: Lembremo-nos de que foi a aura de soldado redentor que deu prestígio popular ao Capitão Prestes e ao Tenente Távora, tidos por Sãojorges capazes de vencer dragões representados pela Politicagem, pelo Negocismo, pelo Coronelismo paisano. Mas sem que daí tenham surgido, no Brasil, surtos de militarismo. Neste ponto está um dos contrastes mais expressivos entre a formação brasileira e as das demais nações da América Latina. Da grande nação que é o México se diz caricaturescamente que chegou ter, a certa altura, mais generais do que mexicanos na política, considerando-se pouco mexicano quem não fôsse, de algum modo, militar.

Não tem faltado às Forças Armadas, no Brasil, a consciência de lhes caber um papel superiormente político, acima dos partidos e das ideologias, em dias extremamente críticos para as relações intranacionais. Esse papel elas o têm desempenhado de um modo de fato honroso não só para elas —, Forças Armadas, como para a cultura brasileira, — uma cultura dentro da qual tem sido possível um processo revolucionário que, desde dias remotos, busca para as relações entre brasileiros, quer no plano social, quer no econômico, e não apenas no político, um ajustamento que certamente nunca será plenamente atingido, próprio como é das verdadeiras democracias, por natureza dinâmicas e inquietas, nunca dizerem à hora que passa ou ao momento de aparente triunfo, o "Pára, és perfeito"; da frase de Goethe. Pois nenhum triunfo dessa espécie é definitivo; nenhuma hora na vida de um indivíduo ou de um povo é perfeita. É próprio dos homens e próprio das nações estarem sempre em busca de novas soluções para as suas inquietações, que não cessam nunca. O que é preciso é que nessa busca não se sacrifiquem valores de sempre a miragens messiânicas, mas se concilie o respeito por esses valores com o gosto pelas inovações e pelos experimentos. De onde os grandes líderes de um povo serem antes os revolucionários con-

servadores que os conservadores absolutos ou os revolucionários radicais. Raramente os sectários mais estreitos.

Vindo da Monarquia, o maior ministro do Governo Provisório da República de 89, o ainda hoje tão vivo Ruy Barbosa que parece ser um nosso contemporâneo, tais as discussões em torno do seu nome, precisou, ao discutir-se a Lei de separação da Igreja do Estado, de lembrar àqueles Positivistas mais empenhados em dar coloração sectariamente ideológica ao novo regime, que antes de existir República no Brasil, existia o Brasil. E o Brasil era demasiadamente cristão, em seu moço ético e não apenas religioso de ser cristão, para três ou quatro políicos-intelectuais pretenderem fazer dêle, de repente, "República positivista". Não seria justo que êsse pequeno grupo de ideológicos, de súbito elevados ao poder — os Positivistas radicais — quisessem descristianizar e até desabrilhar o Brasil, desfolclorizando-o, para substituir não apenas a monarquia, porém o Brasil assim arbitrariamente descaracterizado e desfolclorizado, por uma ideal, absoluta, abstrata, científica ou, talvez, científicóide, República positivista.

Neste particular foi grande o serviço que prestou ao Brasil o futuro líder do civilismo, aliado vigoroso, no Governo Provisório, dos militares que se tornaram responsáveis pela consolidação do novo regime, juntamente com os Republicanos Paulistas do feitio de Prudente e de Campos Salles e com os pernambucanos do tipo de Saldanha Marinho, muralha viva de resistência ao domínio do país pelos adeptos mais estreitos de uma seita ideológica de origem estrangeira, decidida a ir a extremos no seu esforço de conquistar o Brasil para a sua doutrina supostamente messiânica e para o seu cientificismo precariamente sociológico. Atitude — destaque-se — que não foi a de Positivistas do tipo de Benjamin Constant, de Barbosa Lima 1º e, anos depois, do feitio de Cândido Rondon.

A história não se repete. Porém, dentro da história das sociedades humanas, ou à sua margem, repetem-se alguns dos processos sociológicos de que resultam vários dos fatos históricos. Inclusive o processo de dominação — ou de tentativa de dominação — de sociedades mais ou menos inermes por pequenos grupos, atuantes e sectários, de adeptos de ideologia vindas de outras sociedades, empenhados em pôr maciçamente em prática doutrinas repelidas pelas próprias gentes no meio das quais se originaram. O caso do Positivismo comteano na sua pureza, que nunca obteve na França o prestígio que alcançou no México e no Brasil.

No Brasil porém, vem prevalecendo a tendência para a combinação de valores. É a constante que nos vem de Alexandre de Gusmão; de Cayru; de José Bonifácio; do Visconde de Rio Branco; de Caxias; de Cotegeipe; de Joaquim Nabuco; do Barão do Rio Branco; de Rodrigues Alves. Esta, a constante dentro da qual se vem comportando, em face dos acontecimentos mais dramáticos da vida nacional, as Fôrças Armadas, das quais não saiu até hoje um caudilho de capote que, apoiado

por essa Fôrça, — em cujas mãos, mais de uma vez têm estado os destinos brasileiros — procurasse firmar-se no poder político, ao ponto de sua intervenção nas crises mais agudas entre partidos em conflito ou entre interesses de facção económica em luta, ir além da reclamada pelos grandes interesses nacionais em perigo. A verdade é que do Exército o Brasil tem recebido exemplos de sentido étnico no comportamento político que são exemplos que honram a história nacional.

Pois acresce que do Exército vem se comunicando às demais forças construtivamente brasileiras a inspiração que venho classificando de caxiismo. Que vem a ser caxiismo? Em resumo: aquela consciência de dever, aquele senso de responsabilidade, aquela dedicação ao serviço publico, aquela sensibilidade a causa nacional que constituem, no Brasil, um conjunto ético de nítida origem militar; vindo de um Caxias que, entretanto, foi também homem publico; e, na vida publica, tão dedicado ao serviço do Brasil quanto na militar. Ridicularização o caxiismo não só pelos aproveitadores dos dinheiros públicos, como por todos aqueles que irresponsavelmente, levianamente, parasitariamente se tem extremado em servir-se do Brasil sob a falsa aparência de servirem ao Brasil, essa tentativa de descredito de qualidades essenciais ao exercicio de qualquer função, da mais alta à mais modesta, de interesse nacional, é significativa. Nela se vem exprimindo há anos um antibrasileirismo inseparavel do anticaxiismo; um falso civilismo; um caviloso antimilitarismo. Falso civilismo e caviloso antimilitarismo porque, na verdade, um e outro são a negação de elementar civismo. Pois civismo, em sua expressão mais pura, é caxiismo. Caxiismo não é conjunto de virtudes apenas militares mas de virtudes cívicas, comuns a militares e a civis. Por isso se explica, a meu ver, o chamado tenentismo tenha sido uma forma juvenilmente militante de caxiismo que através de militares jovens, ardentes de civismo, transbordou, de modo nem sempre conforme a melhor disciplina militar, de dentro para fora do Exército, empolgando não poucos civis. Do mesmo modo, não poucos haviam sido os civis que, anos antes, cerca de 1910, haviam procurado, em militares, indivíduos que em postos de governo normalmente ocupados por civis, fôsem um corretivo ao que esses civis, por assim dizer caxiistas, consideravam deficiências de caxiismo cívico da parte de políticos civis. Fêz-se então em torno desses elementos militares reclamados para postos civis, por civis, uma espécie de aura messiânica, — refiro-me aos Dantas Barreto, aos Clodoaldo da Fonseca aos Francos Rabelo — à qual nem todos os assim aureolados corresponderam senão em pequena parte, mal preparados como então se achavam para o desempenho de responsabilidades de governo e de administração; e para lidar, no jôgo entre facções politicas, com civis bem mais experimentados nesse jôgo do que eles. A verdade, porém, é que atraíram a confiança e as esperanças de muitos brasileiros civicamente preocupados com o Brasil.

Pelo que não devemos, os civis brasileiros, deixar que as virtudes que constituem o caxiismo sejam virtudes apenas militares com pro-

jeções, em dias excepcionais, ou mesmo normais, sobre a política, a administração, as crises, os desajustamentos, a vida civil. Devemos fazer do caxiismo, isto sim, um conjunto de atitudes plenamente cívicas que tanto valor tenham nos meios civis quanto nos militares como virtudes ou normas de conduta plenamente, polivalentemente, cívicas. Pan-nacionais. Virtudes e serviços do Brasil de todo brasileiro. Os caxias devem ser tanto paisanos como militares. O caxiismo deveria ser aprendido tanto nas escolas civis quanto nas militares. É o Brasil inteiro que precisa dele para ajustar-se a solicitações de desenvolvimento, sem prejuízo das de segurança; e não apenas o Exército nacional, para bem desempenhar suas funções.

Quando a primeira Constituição Republicana consagrou direitos de Estados de modo que logo se verificaria ter sido excessivo, não faltaram políticos que agissem em benefício exclusivo ou particular do seu Estado. Um deles, o eminente Francisco Glicério, Ministro da Agricultura do Governo Provisório de 89 e segundo um seu companheiro de partido, em crítica a êsse excessos, ministro que teria se extremado em atender, com concessões, a interesses particularmente estadualistas ou particularmente paulistas. Trouxe o crítico à tona no seu "acusos" aos por ele chamados "particularistas", casos, a seu ver, concretos, do que lhe parecia prejuízo nacional, causado pelos mesmos "particularistas", na votação da Constituinte. Um desses casos, o dos terrenos subtraídos à União pelos tais "particularistas".

Por que o Exército, — voltemos a êste ponto — em grande parte responsável pela substituição da Monarquia pela República no Brasil e, segundo alguns de nós, espécie de poder supra-estadual e suprapartidário que muito tem realizado pela unidade nacional, não fez sentir de modo mais claro sua influência, durante a organização da República de 89, no sentido de serem contidos aqueles particularistas ou aqueles estadualistas? Segundo o testemunho de homens da época em que mais se acentuou no Brasil independente o desequilíbrio Norte-Sul — desequilíbrio de algum modo atenuado, e, em certos pontos, até corrigido, justiça se faça, pelo chamado "Estado Forte", de 1937 a 1945 — porque os "politicantes" tiveram então o cuidado de "mantê-los" — aos líderes militares mais conscientes da sua responsabilidade nacional — naquela "rivalidade latente mas profunda e acirrada a todo propósito, até por ocasião das manifestações póstumas a mortos ilustres", a que se refere um brasileiro idôneo da época, o Professor Coelho Rodrigues.

Se é certo, porém, que uma ou outra vez o Exército quase tem deixado de ser, sob uns tantos aspectos, em períodos particularmente perigosos para a unidade brasileira, aquele órgão do interesse nacional contra toda espécie de interesses particulares — estaduais ou de grupo — que felizmente vem sendo, ora mais, ora menos, na história republicana do Brasil, essas deficiências têm sido excepcionais. Pois sua tradição, a sua constante, tem sido a de fazer-se presente em tais períodos de modo a conter excessos de faccionismo, de estadualismo, de antibrasi-

leirismo de caráter ideológico ou de caráter econômico. Concorde, neste ponto, com o maior dos nossos historiadores políticos e talvez se pudesse também dizer, o maior dos nossos sociólogos políticos — Joaquim Nabuco — quando escreveu em 1890: “No dia em que se fez a república, viu-se a nação pedindo o governo militar para salvar a unidade, por ser o espírito militar o mesmo de um extremo a outro do país, isto é, nacional... Estranho como isto pareça, o governo militar e nos períodos em que o Exército se torna a única força nacional e adquire a consciência disso, o meio de impedir o militarismo, vício dos exércitos políticos e sem espírito militar...” Daí o poder nacional militar — um poder constante e não transitório, como o dos partidos ou o dos grupos econômicos regionalmente ou estaquamente condicionados nos seus objetivos — ter-me parecido, no Brasil, aquela altura — dois anos depois do 15 de novembro — o único substituto nacional possível do “prestígio monárquico” — um “prestígio” mais acima desses interesses particulares e transitórios que o dos novos governos republicanos. Governos republicanos no Brasil, como em outros países, naqueles dias, e, em alguns casos, até ainda agora, expressões imediatas de interesses de grupos estaquais ou de interesses regionais, através ou não de partidos políticos.

Prestígio — poderia Nabuco ter acrescentado — capaz de se sobrepor às próprias ondas eleitorais, quando essas, em vez de exprimirem os interesses da coletividade nacional, exprimem, não só à revelia da coletividade, o que é grave, mas contra ela, o que é gravíssimo, os interesses de um Estado ou os de uma Região, no momento mais rica do que as outras ou mais influente que elas, através de um partido político ligado a grupo econômico absorvente. Ou — pior ainda — os interesses particularmente econômicos, contrários por vezes aos interesses nacionais, de grupo infiltrado em partidos e aparentemente campeões de interesses legítimamente regionais. Pois o dinheiro — adveiu em 1913 o insigne brasileiro Couto de Magalhães, prognosticando desenvolvimentos políticos que viriam a aguçar-se nos nossos dias — “desempenha nas eleições papel importante”, podendo “o campo eleitoral” tornar-se “um verdadeiro mercado onde os homens de dinheiro comprem de mil modos o eleitor”. O que significa a corrupção de um sistema político-social. A degradação desse sistema. Sua desmoralização em benefício de minórias audaciosas ou de agentes astutos empenhados em conquistarem novas áreas para imperialismo aparentemente ideológico.

Talvez se possa dizer que sem caxiismo não há defesa ou segurança nacional inteira, mas só pela metade; nem desenvolvimento brasileiro amplo, saudável, autêntico, mas só “desenvolvimentismo”. Na França, através do *Service d'Action Psychologique et Morale*, ligado ao Exército Francês desde os fracassos da grande República na Indochina, até aos da Argélia, foi o que veio a apurar: que não há Forças Armadas plenamente efetivas quando falta não só a elas mas ao sistema político-social que as condiciona e a que elas servem, uma dinâmica além de psicológica, moral. Ética. Caxiismo, portanto.

No seu estudo sobre o assunto, foi o que Peter Paret recolheu de líderes militares franceses: a convicção da importância desse condicionamento. A convicção de ser impossível a um poder militar, por sua exclusiva excelência tecnológica, realizar a missão de defender o sistema nacional de vida a que serve: é necessário àquele poder militar a impregnação ética que lhe venha desse sistema; ou que ele consiga comunicar a esse sistema. Quando o sistema é enfraquecido em seu governo, em sua administração, em sua imprensa, em sua organização de ensino, nas relações de organizações religiosas com a da família e com a cívica, por "corrupção", decadência e traição", o poder militar se ressentido dessa fraqueza. A não ser que ele próprio consiga concorrer para purificar o sistema corrompido. Um problema, por conseguinte, psicológico-moral. Um problema de caxiismo que se faça plenamente cívico em vez de se conservar estritamente militar.

Problema com que não pode deixar de preocupar-se o brasileiro de ânimo cívico. Pode, como problema, interessar ao sociólogo sob o aspecto de patologia social. Ao brasileiro, esclarecido pelo estudo sociológico, preocupa. Toca-o na sua sensibilidade patriótica.

"Mas" — dirá talvez um malicioso — "isso de pátria não será palavra fora da moda?" Para alguns, talvez o seja. Para aquela parte da imprensa brasileira de hoje, um tanto penetrada de influências paracomunistas parece que é. O *chic*, o atual, o bonito, é dizer-se, nessa imprensa "nacionalismo".

As realidades em que ainda vivemos num mundo que não é evidentemente um só, e que muitos de nós não desejamos que não seja apenas dois, impõem aos povos briosos o dever de serem pátria, de sentirem e de pensarem como pátrias, de agirem como pátrias.

A palavra pode estar — repita-se — para alguns levianos com pretensões a avançados, um tanto fora da moda. pelo que nelas é expressão de sentimento. Mas não há, também, quem pelo mesmo motivo, em vez de dizer "mãe" — "minha mãe" — diga inexpressivamente "genitora", "minha genitora"? Também é o *chic* na imprensa brasileira de hoje. Nem por isso, a palavra "mãe" deixa de corresponder a uma das mais fortes e belas realidades humanas. Nem por isto a palavra "pai", deixa de ser mais real do que a palavra "progenitor". A palavra "pátria", tampouco, está morta para os brasileiros, só porque, como "mãe" e como "pai", não aparece, como outrora, no noticiário de jornais sofisticados. Ela vive e nenhum brasileiro autêntico se envergonha dela.

Há dois anos, estando eu em Paris a 7 de setembro. a direção da Casa do Brasil na Cidade Universitária convidou-me para falar aos estudantes e à colônia brasileira na capital da França. A direção da Casa, exercida então por brasileiro ilustre, o Professor Americo Jacobina La-combe, fez mais do que isto: apelou para o que chamou o meu patriotismo, embora alguém lhe murmurasse que só sociólogo ou antropólogo arcaico saberia o que é patriotismo, por vivência: o atualizado, conheceria o assunto apenas por ciência e desdenhosamente.

Sugeriu o Professor Lacombe que aquela Casa era objeto, como não poderia deixar de sê-lo, das atenções de radicais interessados em desviar a mocidade brasileira do que nós, brasileiros mais identificados com o Brasil, consideramos o Brasil. Recordou que estava ausente de Paris o então Embaixador do Brasil na França. Desejava que eu, recebido, como estava sendo, com atenções especiais, pelo Governo francês, fizesse as vêzes de Sua Excelência. Concordei em falar no dia 7 de Setembro aos nossos jovens compatriotas em Paris. O então diretor da Casa do Brasil surpreendeu-se com o fato de alguém que estava, como eu, então, na França, não em vantajosa missão do Governo do Brasil, porém a convite, para fins culturais, do Governo francês, sair-se, segundo êle, dos seus cuidados e interromper seus trabalhos, para cumprir, ainda segundo êle, um dever patriótico. Pelo que acreditava não estar extinto no Brasil o patriotismo.

Proferi a conferência para uma multidão de brasileiros. A direção da Casa do Brasil — considerando o fato, um acontecimento merecedor de repercussões no Brasil — convocou representantes da imprensa brasileira: inclusive de famosa revista do Rio de Janeiro. Aí, porém, houve quem, indignado com aquêle êxito inesperado de uma reunião patriótica de brasileiros, em Paris, agisse para que um acontecimento de sentido tão nitidamente contrário aos seus desígnios, não repercutisse no Brasil. Não repercutiu. Os que na imprensa brasileira agiam, e ainda agem, antibrasileiramente, em face de tais acontecimentos, cumpriram muito bem cumprida a sua tarefa.

Pequeno exemplo da luta desigual que se vinha e ainda se vem travando, no Brasil, em certos setores, entre patriotas e antipatriotas. Inútil, porém, o esforço dos antipatriotas. A pátria brasileira terá perdido já, para êles, algumas batalhas; mas vencerá — já está vencendo — a guerra.

